





















**Direito Processual do Trabalho**

39. Em relação aos atos, termos e prazos processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê que
- (A) os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse público, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
  - (B) os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
  - (C) os prazos processuais contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.
  - (D) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, prescindindo de autorização judicial.
  - (E) os prazos que vencerem na sexta, sábado, domingo ou feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.
- 
40. Zeus, com domicílio em Recife, passou por seleção e foi contratado na cidade de Salvador, sede da empresa XPTO Empreendimentos, para a função de assistente contábil. Durante todo o seu contrato Joaquim trabalhou no município de Fortaleza, sendo dispensado após dois anos de contrato, sem receber suas verbas rescisórias. Conforme regras da Consolidação das Leis do Trabalho relativas à competência territorial para propositura de ação trabalhista, Zeus deve propor a reclamatória trabalhista para receber seus haveres em
- (A) Recife, porque é o domicílio do autor.
  - (B) Salvador, porque é o local da sua contratação.
  - (C) Salvador, porque é a sede do réu.
  - (D) Fortaleza, porque é o local da prestação dos serviços.
  - (E) qualquer dos três municípios, porque depende do foro de eleição.
- 
41. Conforme determinações contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, quanto ao processo judiciário do trabalho é INCORRETO afirmar:
- (A) Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.
  - (B) Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas processuais do trabalho contidas na CLT.
  - (C) Os municípios e respectivas autarquias e fundações públicas que não explorem atividade econômica não estão isentos do pagamento de custas caso sejam vencidos na demanda trabalhista.
  - (D) Nos dissídios individuais e nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 e serão calculadas quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.
  - (E) As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão, sendo que no caso de recurso, as custas serão pagas e será comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.
- 
42. Com base nas regras do processo do trabalho aplicáveis as partes e procuradores, a substituição e representação processuais, é correto afirmar:
- (A) Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.
  - (B) Nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado.
  - (C) A constituição de procurador com poderes para o foro em geral somente poderá ser efetivada, mediante instrumento de procuração, não valendo o simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
  - (D) Nos dissídios individuais os empregados e empregadores não poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, valendo tal situação apenas para os dissídios coletivos.
  - (E) A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita apenas pela Procuradoria da Justiça do Trabalho ou pelo sindicato.
- 
43. Conforme legislação específica em relação às audiências trabalhistas, o comparecimento das partes e as consequências de suas ausências, é INCORRETO afirmar:
- (A) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas como regra, sendo que o juiz manterá a ordem nas audiências, podendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.
  - (B) Nas audiências trabalhistas é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.
  - (C) Se por doença ou qualquer outro motivo, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente na audiência, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.
  - (D) O não comparecimento do reclamado à primeira audiência designada como Una importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
  - (E) O não comparecimento do reclamante à primeira audiência designada como Una importa na confissão quanto à matéria fática, não ocorrendo o arquivamento da ação.



44. Conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho sobre procedimento sumaríssimo, é INCORRETO afirmar:
- (A) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
  - (B) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
  - (C) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
  - (D) Sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do juiz.
  - (E) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado, sob pena de arquivamento da reclamação.
- 
45. Em relação à execução trabalhista, conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:
- (A) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são considerados títulos executivos extrajudiciais e serão executados pela forma estabelecida pela CLT.
  - (B) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, reclamante ou reclamado, mas não poderá ser promovida *ex officio* pelo próprio Juiz competente.
  - (C) Requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 05 (cinco) dias ou garanta a execução, sob pena de penhora.
  - (D) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 10 (dez) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
  - (E) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação não compreenderá as que lhe sucederem.
- 

#### Direito Civil

46. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia, depois de oficialmente publicada, em
- (A) três meses.
  - (B) noventa dias.
  - (C) um mês.
  - (D) trinta dias.
  - (E) quarenta e cinco dias.
- 
47. Cessa a incapacidade para os menores
- (A) somente pelo casamento.
  - (B) pelo exercício de cargo público de provimento em comissão.
  - (C) com 14 anos completos, se tiver emprego, ainda que como aprendiz, mas desde que tenha economia própria.
  - (D) somente pela emancipação, concedida pelos pais e desde que homologada pelo Juiz.
  - (E) pela existência de relação de emprego, desde que, em função dele, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
- 
48. São pessoas jurídicas de direito público interno
- (A) as fundações.
  - (B) as autarquias.
  - (C) somente os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
  - (D) as sociedades de economia mista.
  - (E) as empresas públicas.
- 
49. Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á seu domicílio
- (A) o lugar em que a pessoa for encontrada.
  - (B) a residência de maior valor.
  - (C) qualquer daquelas residências.
  - (D) a residência que tiver adquirido a mais tempo.
  - (E) a residência que tiver adquirido a menos tempo.
-



50. São benfeitorias úteis

- (A) as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- (B) as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- (C) as de deleite ou recreio, embora não aumentem o uso habitual.
- (D) somente aquelas que, sem aumentar o uso habitual, tornem mais agradável o bem.
- (E) as indispensáveis à conservação do bem.

---

**Direito Processual Civil**

51. No processo civil, a incompetência absoluta

- (A) não pode ser conhecida de ofício pelo Juiz.
- (B) deve ser alegada mediante exceção.
- (C) só pode ser reconhecida pelo Juiz, não cabendo à parte deduzi-la.
- (D) pode ser alegada em preliminar de contestação.
- (E) se não for alegada no prazo da contestação, fica preclusa sua arguição no processo.

52. A ação rescisória pode ser proposta em

- (A) cinco anos, contados do arquivamento definitivo dos autos.
- (B) dois anos, contados do trânsito em julgado da sentença de mérito.
- (C) dois anos, contados do trânsito em julgado das sentenças terminativas.
- (D) cinco anos, contados do julgamento do último recurso no processo.
- (E) dois anos, contados do julgamento do último recurso no processo, caso tenha sido conhecido.

53. Extingue-se o processo sem resolução do mérito

- (A) quando as partes transigirem.
- (B) se o Juiz rejeitar integralmente o pedido do autor.
- (C) pela convenção de arbitragem.
- (D) se o Juiz pronunciar a prescrição ou decadência.
- (E) se o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação ou o réu reconhecer a procedência do pedido.

54. No cumprimento de sentença, o devedor condenado ao pagamento de quantia certa

- (A) será citado para efetuar o pagamento em 24 horas ou nomear bens à penhora, instaurando-se novo processo, pela execução.
- (B) poderá impugná-lo, alegando, apenas, causa extintiva da obrigação posterior ao trânsito em julgado da sentença.
- (C) poderá impugná-lo, alegando nulidade da citação no processo de conhecimento, ainda que ele não tenha corrido à revelia.
- (D) não poderá impugná-lo, salvo se o processo de conhecimento tiver corrido à revelia.
- (E) deverá efetuar o pagamento no prazo de 15 dias, independentemente de intimação pessoal.

55. Cabe sequestro

- (A) nos mesmos casos em que tem lugar o arresto.
- (B) quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los ou hipotecá-los, sem ficar com algum livre equivalente às dívidas.
- (C) quando o devedor, que tem domicílio certo, se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente.
- (D) de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas e danificações.
- (E) quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.

**Noções de Direito Previdenciário**

56. A Constituição Federal brasileira atribui ao Poder Público a organização da Seguridade Social com base em objetivos que a doutrina entende como verdadeiros princípios. NÃO fazem parte destes objetivos ou princípios:
- (A) universalidade da cobertura e do atendimento.
  - (B) equidade na forma de participação no custeio.
  - (C) irredutibilidade do valor dos benefícios.
  - (D) unicidade da base de financiamento.
  - (E) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- 
57. Em relação à saúde e à assistência social, está previsto na Constituição Federal brasileira que
- (A) a assistência social será prestada a quem dela necessitar, mantendo relação direta com a contribuição à seguridade social.
  - (B) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
  - (C) as instituições privadas não poderão participar, ainda que de forma complementar, do sistema único de saúde.
  - (D) as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do tesouro nacional, sendo vedada a destinação de recursos do orçamento da seguridade social para tais fins.
  - (E) há vinculação de receita mínima anual para ações e serviços públicos de saúde apenas para União, Estados e Distrito Federal.
- 
58. Nos termos da Lei nº 8.213/1991, NÃO são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:
- (A) os seus pais.
  - (B) o seu irmão inválido de 30 anos.
  - (C) o seu irmão não emancipado menor de 21 anos.
  - (D) o companheiro que mantém união estável.
  - (E) o enteado menor ainda que não comprovada a dependência econômica do segurado.
- 
59. Quanto aos dependentes, são consideradas prestações previdenciárias compreendidas pelo Regime Geral de Previdência Social:
- (A) aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.
  - (B) auxílio-reclusão e aposentadoria por tempo de contribuição.
  - (C) pensão por morte e aposentadoria especial.
  - (D) auxílio-reclusão e pensão por morte.
  - (E) aposentadoria por idade e auxílio-doença.
- 
60. Analisando-se as normas constitucionais relativas à inativação e pensões dos servidores públicos civis da União é INCORRETO afirmar:
- (A) serão aposentados compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
  - (B) serão aposentados voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas condições quanto à idade mínima ou tempo de contribuição.
  - (C) por meio de lei complementar poderá ser estabelecida forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
  - (D) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
  - (E) o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.



### DISCURSIVA – REDAÇÃO

**Atenção:** Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

*A Declaração de Chapultepec é uma carta de princípios e coloca “uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação”. O documento foi adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.*

(<http://www.anj.org.br/programas-e-acoaes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec>)

Ainda que o Brasil tenha assinado a declaração em 1996 e renovado o compromisso em 2006, não é incomum a defesa de que limites deveriam ser impostos à liberdade de imprensa, mas até que ponto isso poderia ser feito sem prejuízo da liberdade de expressão e do direito à informação?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

#### **Liberdade de imprensa, desenvolvimento da sociedade e direitos individuais**

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30